

PODER

PL quer emparedar Centrão

Bolsonaristas vão atrelar anistia, que lhes interessa, à blindagem, tema caro ao bloco de partidos. E tentar um acerto bom para ambos

» DENISE ROTHENBURG

Os integrantes do PL retornam ao trabalho hoje pintados para a guerra em várias frentes para tentar retomar o projeto de lei da anistia. Da CPMI do INSS às pressões ao relator do rebatizado “PL da Dosimetria”, Paulinho da Força (Solidariedade-SP), a bancada do partido de Jair Bolsonaro planeja usar todas as armas para retomar o texto mais amplo, inclusive a PEC da Blindagem, motivo de ruas cheias pelos protestos de ontem. Em todas as conversas, algumas mais reservadas, outras nem tanto, eles rechaçam a proposta de Paulinho da Força, de abandonar a anistia e abraçar a dosimetria. E, para tentar forçar a porta na Câmara e no Senado, vão misturar essas duas estações à PEC da Blindagem. A ideia é buscar tudo o que for possível contra deputados e senadores do Centrão — leia-se União Brasil e PP — e, a partir daí, trocar os votos pela PEC da Blindagem, ou das “prerrogativas”, que também interessa a uma parte dos liberais, por apoio à anistia.

Na semana passada, essa manobra funcionou e garantiu tanto a PEC quanto a urgência para o projeto de lei da anistia. Inicialmente, o Centrão esperava fazer o seguinte jogo com o PT: enterraria urgência da anistia em troca da aprovação da blindagem. Por ordem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o PT recuou no apoio à proposta de emenda à Constituição, embora 12 de seus deputados tenham votado a favor. Irritado, o Centrão se voltou à aprovação da urgência para a anistia, o que levou à conquista de mais votos do PL à PEC da Blindagem. Só não contavam que Paulinho da Força enterrasse a anistia e

Minervino Júnior/CB/D.A. Press



Relator da PEC da Blindagem no Senado, Alessandro Vieira adiantou que rejeitará integralmente a proposta que foi aprovada pela Câmara

optasse pela dosimetria — e ainda fosse conversar sobre o texto com o ex-presidente Michel Temer e com o deputado Aécio Neves (PSDB-MG), ex-presidente da Câmara.

Agora, avaliam os integrantes do PL, é hora de tentar reaglutinar essas forças que aprovaram a urgência e buscar emparedar os integrantes dos partidos de centro que se posicionam contra a PEC e a anistia. A blindagem une boa parte do Centrão e do PL, pois parte dos bolsonaristas

considera que precisa de proteção reforçada para evitar novas “investidas” do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), contra eles. Já um pedaço do Centrão teme as investigações na Corte relativas às emendas parlamentares.

Alcolumbre na mira

Essa união de forças terá um alvo em comum esta semana: Davi Alcolumbre (União Brasil-AP). O

presidente do Senado prometeu um texto alternativo à anistia e não fez o jogo em favor da blindagem. Irritado com o fato de a Câmara acelerar a proposta, inclusive, com alterações de mérito no segundo turno, não quis indicar o relator para a matéria. Depois de chamar os senadores e dizer que não trataria desse tema sozinho, despachou imediatamente a proposta para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), presidida pelo senador Otto Alencar (PSD-BA), que nomeou Alessandro

Vieira (MDB-SE) como relator. O senador sergipano prometeu seu relatório para quarta-feira, com a rejeição total do texto.

A avaliação dos parlamentares é de que será muito mais fácil retomar a anistia na Câmara do que a PEC, que tramita no Senado. No caso da blindagem, são necessários três quintos dos senadores, ou seja, 49 votos. E não está fácil conseguir isso. Lá, senadores da ala conservadora, como Eduardo Girão (Novo-CE) e Laércio (PP-SE), já se posicionaram

308

votos são necessários para aprovar uma proposta de emenda parlamentar na Câmara. Isso representa 3/5 dos deputados federais

contrariamente e não pretendem misturar isso com a anistia.

Na Câmara, ainda que o deputado Paulinho da Força apresente um parecer contra a anistia e a favor da dosimetria, é possível apresentar emendas e propostas alternativas ao que for defendido por ele (**leia mais na página 4**). É que a quantidade de votos para aprovação não é a de emenda constitucional, que exigiu três quintos da Casa — 308 votos.

Por isso, o PL pretende deixar o foco ajustado na anistia, para dar uma sinalização aos que estão presos, e à CPMI, como forma de desgastar o governo. “Nós vamos para a briga. Ou é anistia ou nada”, afirmou o deputado Alberto Fraga (PL-DF), que fez questão de ir ao aniversário de sua colega de partido, a deputada Bia Kicis (PL-DF) — que no momento de apagar as velinhas, foi direta: “Meu pedido é anistia já”.

Da parte do governo, a ordem é ampliar o côro contra a blindagem e contra a anistia. Lula não se envolverá diretamente, porque suas atenções nesta semana estão voltadas para a abertura da Assembleia-Geral das Nações Unidas, em Nova York. Porém, no discurso de defesa da democracia que fará na ONU, entre outros temas reforçará que não cabe anistia a quem foi condenado por tentativa de golpe de Estado.

Menosprezo aos protestos

» RAPHAEL PATI

As manifestações contra o PL da Anistia e a PEC da Blindagem causaram reações de políticos da oposição ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e favoráveis aos temas. Um dos que se manifestou foi o deputado Paulinho da Força (Solidariedade-SP), relator do projeto que pretende reduzir penas dos condenados pela tentativa de golpe. afirmou que os atos contra a anistia não o farão mudar a proposta, que tramita em urgência. Inicialmente chamada de PL (projeto de lei) da Anistia, passou a ser denominada “PL da Dosimetria”, pela relação com o tamanho das penas.

“Não vi as manifestações. Foram grandes? Essas manifestações viraram mais do mesmo. Vamos nos manter firmes no nosso propósito de apresentar um relatório até terça-feira (amanhã) à noite ou quarta pela manhã”, disse. A expectativa é de que a proposta seja votada até a próxima semana.

Paulinho tem uma bateria de reuniões para hoje e amanhã, em Brasília, quando pretende se reunir com a maior parte dos líderes partidários, de governo e oposição, para discutir o texto. “Estamos convencidos de que reduzir as penas pode pacificar o país, na medida que atenderemos a maioria da população”, afirmou. O relator já deixou claro que uma anistia “ampla, geral e irrestrita” está fora de cogitação. O caminho é oferecer alguma redução de pena, inclusive para Jair Bolsonaro, condenado a 27 anos e três meses de prisão.

O PL, partido do ex-presidente, é contra uma redução de penas sem anistia aos condenados por tentar um golpe de Estado e por participação nos atos de 8 de Janeiro. Já o PT e forças governistas são contra aliviar as condenações impostas pelo Poder Judiciário nesses casos. Com as manifestações realizadas em pelo menos 10 capitais, os integrantes da base do presidente Luiz Inácio Lula da Silva acreditam que a tramitação de propostas como a da anistia e PEC da Blindagem vão perder tração.

Na semana passada, Paulinho teve um encontro com o deputado e ex-presidente da Câmara

José Cruz/Agência Brasil



Para Paulinho, manifestações pelo país foram “mais do mesmo”

Aécio Neves (PSDB-MG), e com o ex-presidente Michel Temer para as primeiras costuras do “PL da Dosimetria”. A proposta, porém, foi duramente atacada por dois dos filhos de Bolsonaro, o senador Flávio (PL-RJ) e o deputado Eduardo (PL-SP) — que, inclusive, ameaçou o relator pelas redes sociais ao adverti-lo de que pode ser sancionado pelos Estados Unidos.

Ironias

Nas redes sociais, políticos ligados ao ex-presidente ironizaram as manifestações. Tal como o senador Flávio, que repostou uma publicação do pastor Silas Malafaia com uma foto da Avenida Paulista, na qual o religioso escreveu: “Só rindo muito (...) fotos fechadas, show de artistas para levar gente para a rua. Faz como nós fazemos: imagens de cima feita por drone e fotos tiradas de cima, não de paralela à multidão. Esquerda cretina que engana o povo!”

Já o deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG) postou um vídeo com imagens aéreas da mesma avenida em São Paulo, que mostra uma multidão mais dispersa no local. Como legenda, escreveu: “Nem com a Rouanet vingou”, disse, fazendo referência à lei de incentivos fiscais para projetos e ações

culturais. O parlamentar, porém, desinforma, pois não se presta a bancar manifestações de cunho político. Da mesma forma, a legislação não patrocina nenhum evento, mas, sim, concede incentivos tributários aos financiadores de shows, apresentações circenses e peças teatrais, por exemplo.

Nikolas ainda respondeu uma publicação do vereador de Belo Horizonte Pablo Almeida (PL), com um vídeo da manifestação na capital mineira seguida da legenda: “Aqui em BH, a esquerda honrou sua tradição e fez mais uma manifestação com os poucos de sempre”.

Já o deputado federal Sóstenes Cavalcante (PL-AL) ironizou a participação do cantor e compositor Caetano Veloso no ato em Copacabana. Em uma imagem publicada na mesma rede social, o parlamentar mostra o artista como um defensor da Lei da Anistia em 1979, no fim da ditadura militar, mas contrário ao projeto atual de anistia aos condenados pelo 8 de Janeiro. Ainda no X, o deputado por Goiás Gustavo Gayer, também do PL, repostou um vídeo com imagens da manifestação em Brasília ainda no começo, que também mostra uma multidão dispersa ao lado do Museu da República. “Sempre passando vergonha”, escreveu o parlamentar.

Lembra como a vida era difícil para milhares de famílias antes dos programas sociais deste GDF?



SAIBA MAIS.



Edileuza e seus dois filhos, beneficiados pelos programas sociais do GDF

2018

2025

800 mil pessoas beneficiadas, mensalmente, em todo o Distrito Federal.

Durante a pandemia, quando o desemprego atingiu muita gente, a Edileuza passou sufoco para comprar comida para a sua família. Ai, este GDF criou programas que levaram alento para ela e milhares de pessoas: o Cartão Prato Cheio e o Cartão Gás. O GDF também reduziu o preço do almoço nos Restaurantes Comunitários, de R\$ 3,00 para R\$ 1,00. E ainda passou a oferecer café da manhã e jantar por apenas R\$ 0,50 cada, todos os dias. Este GDF vai continuar trabalhando para melhorar, ainda mais, a vida de todos. **Este GDF vai lá e faz.**

